

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Habeas Corpus nº:	0004905-15.2014.8.17.0000 (0334878-9)
Comarca Origem:	1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes de Recife
Impetrante:	José Caubi Arraes Bandeira Júnior
Paciente:	Edmilson de Oliveira Barros Júnior
Relator:	Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça:	Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório
Órgão Julgador:	2ª Câmara Criminal

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE CONDENADO POR TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DO DIREITO DE AGUARDAR O JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO EM LIBERDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. CUSTÓDIA ESTABELECIDADA DE FORMA FUNDAMENTADA. POSSIBILIDADE. ART. 387, CPP. ORDEM DENEGADA. 1. Se a prisão do paciente está devidamente fundamentada, com a observância dos requisitos legais, não há que se falar em constrangimento ilegal. 2. O Código de Processo Penal, no art. 387, com a redação dada pela Lei n. 11.719/08, autoriza a imposição da prisão na sentença condenatória, desde que de forma fundamentada. 3. Ordem denegada, a unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 0334878-9, em que figura como impetrante José Caubi Arraes Bandeira Júnior e como paciente **Edmilson de Oliveira Barros Júnior**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de

Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em denegar a ordem, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.



Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Habeas Corpus nº: 0004905-15.2014.8.17.0000 (0334878-9)
Comarca Origem: 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes de Recife
Impetrante: José Caubi Arraes Bandeira Júnior
Paciente: Edmilson de Oliveira Barros Júnior
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

O Bel. José Caubi Arraes Bandeira Júnior, OAB-PE 22.818, impetrou a presente ordem de Habeas Corpus Liberatório, com pedido de liminar, em favor de Edmilson de Oliveira Barros Júnior, apontando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital-PE.

Sustenta a impetrante, em síntese, que o paciente, condenado nos autos do processo nº 0015208-90.2011.8.17.0001 à pena de 05 anos de reclusão e 500 dias-multa, por infração ao art. 33 da Lei nº 11.343/06, encontra-se sofrendo constrangimento ilegal, ante o fato de lhe ter sido **negado o direito de recorrer em liberdade**.

Destaca que o Juízo sentenciante fundamentou sua decisão no fato de ter o acusado voltado a delinquir. Contudo, o impetrante sustenta que, no processo a que o Magistrado fez referência na sentença, o paciente estava cumprindo, em liberdade, sua pena alternativa e já se encontrava empregado e

totalmente reabilitado à sociedade. Assim, entende que, por não haver fato novo que desabone a conduta do paciente, não há óbice para que o mesmo recorra em liberdade.

Requer, liminarmente, a concessão da presente ordem, deferindo-se ao paciente o direito de recorrer em liberdade, expedindo-se, incontinenti, o competente Alvará de Soltura.

Acostou documentos de fls. 06/23.

O **pedido liminar foi indeferido** (fls. 30/31).

Informações encaminhadas às fls. 36/37.

O parecer do Ministério Público foi pela **concessão da ordem**.

É o que a relatar, no essencial.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0004905-15.2014.8.17.0000 (0334878-9)
Comarca Origem: 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes de Recife
Impetrante: José Caubi Arraes Bandeira Júnior
Paciente: Edmilson de Oliveira Barros Júnior
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Conforme relatado, pretende o impetrante a concessão da presente ordem, deferindo-se ao paciente o **direito de recorrer em liberdade**.

Com relação à negativa ao réu do direito de apelar em liberdade, em consulta ao Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, verifico que, ao prolatar sentença condenatória, o Magistrado de piso assim se manifestou (grifos e omissões nossos):

(....)

Entendo ainda que **não deve ser possibilitado ao réu recorrer em liberdade**.

Assim, à que guisa do que dispõe o art. 387, § 1º do CPP, **decreto a prisão preventiva do Edmilson de Oliveira Barros Júnior, estando reconhecida a sua participação na prática do tráfico de drogas, e por entender que estão presentes os motivos ensejadores da segregação cautelar**.

Embora seja o status libertatis uma garantia constitucional para o cidadão assegurar a inviolabilidade da sua liberdade pessoal, esse instrumento não pode se sobrepor aos interesses do Estado, que tem a primazia e o dever de manter inatacável a segurança, o bem

estar e a convivência salutar de seus cidadãos, quando o exercício da liberdade extrapola os limites da individualidade

Com o réu Edmilson de Oliveira Júnior solto existirá, sempre, a real possibilidade da disseminação de drogas ilícitas de poder ofensivo comprovado no seio da sociedade. Com efeito, essa possibilidade representa uma ameaça para a ordem pública. Ressalto que, consoante consulta no sistema judwin, após ser procedida a soltura do réu, o mesmo voltou a delinquir, registrando outras duas sentenças condenatórias, uma delas por tráfico de drogas.

"A ordem pública resta ofendida quando a conduta provoca acentuado impacto na sociedade, dado ofender significativamente os valores reclamados, traduzindo vilania do comportamento" (STJ – RHC 3169-5 – Rel. Min. Vicente Cernicchiaro – DJU 15/05/95, p.13446), tal como ocorre no caso em tela.

O caso requer, sem sombra de dúvida, a custódia preventiva, para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.

Destarte, decreto a prisão preventiva do réu Edmilson de Oliveira Barros Júnior. Expeça-se mandado de prisão.

Após o trânsito em julgado desta decisão, lance-lhe o nome no rol dos culpados; encaminhe-se o boletim individual devidamente preenchido ao Instituto Tavares Buril; expeça-se carta de guia à vara de execução penal; recomende-se o réu no presídio onde se encontra.

Amparado nos arts. 58, § 1º e 72, ambos da Lei de Drogas, determino a incineração da droga apreendida.

Decreto a perda do numerário correspondente a R\$ 33,00 (trinta e três reais) em favor da União.

Publique-se, registre-se, intimem-se.

Recife, 21 de março de 2014.

Aubry de Lima Barros filho
Juiz de Direito.

Ora, pelo que se observa, para estabelecer a medida restritiva, por ocasião da sentença condenatória, o Magistrado de piso fundamentou a sua decisão.

Registrou que, consoante consulta no sistema judwin, se verificava que após ser procedida a soltura do réu, este voltou a delinquir, tanto que registra outras duas sentenças condenatórias, uma delas por tráfico de drogas.

Consignou que a hipótese comportava a custódia preventiva, como forma de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.

De fato, o ora já foi condenado nos autos do proc. nº. 0180702-70.2012.8.17.0001, incurso nas sanções no art. 155, §1º, e 180, *caput*, ambos do Código Penal, e nos autos do proc. nº. 051704-21.2011.8.17.0001, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei nº. 11.343/06.

Cabe alertar que o próprio Código de Processo Penal, no art. 387, com a redação dada pela Lei n. 11.719/08, autoriza a imposição da prisão na sentença condenatória, desde que de forma fundamentada, como se deu na hipótese, já que presentes os requisitos para a medida.

Face o exposto, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 18º de junho de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator